

CONTRIBUIÇÕES PSICANALÍTICAS SOBRE O RACISMO BRASILEIRO: UMA HISTÓRIA FEITA POR MULHERES NEGRAS

PSYCHOANALYTICAL CONTRIBUTIONS ON BRAZILIAN RACISM: A HISTORY MADE BY BLACK WOMEN

Fábio Santos Bispo 1

Mariana Mollica da Costa Ribeiro Araujo 2

Beatriz Oliveira da Silva 3

Resumo: Este artigo se propõe a discutir as principais contribuições psicanalíticas para os estudos sobre o racismo no Brasil, demonstrando que se trata de uma história construída sobretudo por mulheres negras. Destaca o trabalho de Virgínia Bicudo como antecessora dessas contribuições, que se desdobram posteriormente em três tempos: o primeiro tempo é representado pela obra de Neusa Souza, que destaca as incidências coloniais e subjetivas do racismo no inconsciente; o segundo tempo é situado a partir de Lélia Gonzalez, que estabelece um contraponto teórico, focando nas figuras da mãe-preta e seu papel na transmissão da lalíngua amefricana, uma dimensão da negritude que resiste à dominação colonial. O terceiro tempo é remetido ao atual momento de retomada dos estudos raciais pela psicanálise brasileira, como um tempo de coletivização da produção e de compromisso político com o resgate das perspectivas de crítica do racismo e de afirmação da negritude.

Palavras-chave: Psicanalistas Negras. Psicanálise Brasileira. Racismo. Negritude.

Abstract: This article proposes to discuss the principal psychoanalytical contributions to the studies on racism in Brazil, demonstrating that it is a history built mainly by black women. It highlights the work of Virgínia Bicudo as the predecessor of these contributions, which later unfold into three periods: the first period is represented by the work of Neusa Souza, that calls attention to the colonial and subjective incidences of racism in the unconscious; the second half is based on Lélia Gonzalez, who establishes a theoretical counterpoint, focusing on the figures of the black mammy and its role in the transmission of Amefrican lalanguae, a dimension of blackness that resists colonial domination. The third period refers to the current moment of resumption of racial studies by brazilian psychoanalysis, in a time of collectivization of production and political commitment to the rescue of the perspectives on criticism of racism and the affirmation of blackness.

Keywords: Black Psychoanalysts. Brazilian Psychoanalysis. Racism. Blackness.

-
- 1 Doutor em Psicologia e Pós-doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais. Professor Adjunto do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional da Universidade Federal do Espírito Santo. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7078731129867747>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0488-6163>. E-mail: fabio.bispo@ufes.br
 - 2 Pós-doutoranda Sênior da FAPERJ pelo Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Doutora em Teoria Psicanalítica pela UFRJ. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2046000937874008>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3106-9321>. E-mail: marianamollica@gmail.com
 - 3 Mestre em Psicologia Institucional pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional da Universidade Federal do Espírito Santo. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4189874092423894>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3106-9321>. E-mail: biaoliveira.md@gmail.com

Introdução

Este artigo se propõe a resgatar as principais contribuições psicanalíticas para os estudos sobre o racismo no Brasil. Não por acaso, veremos que esta é uma história construída sobretudo por mulheres, intelectuais negras cujas produções se tornaram fundamentais para uma abordagem clínica sobre as relações étnico-raciais. Nosso recorte em torno da psicanálise advém de nossa trajetória de vida, de clínica e de pesquisa, mas também se relaciona com a própria história da Psicologia, que encontra na psicanálise um suporte e um impulso para, em diálogo com as abordagens sociológicas e antropológicas, empreender uma contribuição própria ao campo da saúde mental.

Essa parte da história do pensamento psicanalítico sobre o racismo não foi apagada apenas da psicologia, mas da própria psicanálise. O debate não foi devidamente acolhido pelo campo psicanalítico, de modo que as contribuições das autoras negras foram de certa forma forcluídas, ou seja, tratadas como se não existissem. Em nossa própria formação na psicologia e na psicanálise, o encontro com esse debate não ocorreu senão tardiamente, por uma demanda externa ao campo, advinda dos movimentos sociais e dos coletivos de estudantes.

Embora seja desconfortável evocar esse apagamento, a reversão desse processo não se realizará sem que nos debruçemos sobre seus determinantes. Isso porque, em parte, eles constituem os próprios critérios colonialistas de legitimação dos saberes acadêmicos. Ainda que as contribuições aqui evocadas não tenham sido feitas totalmente fora da universidade, estes debates não tiveram no meio acadêmico seu principal campo de fomento, tampouco tiveram a devida inserção das escolas de psicanálise. Pela trajetória das autoras, veremos que permaneceram como saberes à margem tanto da Psicologia quanto da Psicanálise.

Propomos uma retomada dessa história em um esquema mais lógico que cronológico. Resgatamos três tempos, precedidos por um tempo que não se coloca propriamente como uma condição de possibilidade. É antes um tempo de precedência que aponta caminhos de abordagem conectados com as particularidades da realidade social no Brasil.

- Antecedente – O trabalho da psicanalista Virgínia Bicudo (BICUDO, 1945/2010) é pioneiro em muitos sentidos no Brasil. Além de ter sido a autora da primeira dissertação de mestrado sobre as relações étnico-raciais, foi uma das primeiras pacientes da psicanálise e a primeira psicanalista não médica no Brasil.
- O primeiro tempo – Pode ser situado com o trabalho da psicanalista Neusa Santos Souza (1983/2021), que retoma as teses de Fanon (1952/2020a) para demarcar os impactos da violência racista na subjetividade de pessoas negras. O que está em jogo, tanto na obra de Fanon quanto no livro *Tornar-se negro*, é a circunscrição da alienação do negro ao Ideal do Outro branco, determinada pelo colonialismo.
- O segundo tempo – Embora seja contemporânea, a contribuição de Lélia Gonzalez (1983/2020a) pode ser evocada como um contraponto no debate acerca da relação dos negros com o racismo, na medida em que acentua aquilo que, do povo negro, insiste em se transmitir, a despeito de todas as políticas de denegação e apagamento.
- O terceiro tempo – Este é um tempo de coletivização da produção, que se inicia com a tese de Isildinha Baptista (NOGUEIRA, 1998/2021), passa pelo trabalho de Maria Lúcia da Silva (KON; SILVA; ABUD, 2017) e chega aos nossos dias com a constituição de coletivos de trabalho que assumem o compromisso político de resgatar do esquecimento essas produções e fazê-las avançar a partir da presença expressiva de psicanalistas negras e negros.

Apesar do risco de certa arbitrariedade na escolha desses marcos e até do esquecimento de contribuições importantes, sobretudo dentre as mais atuais, o que sublinhamos como destaque não é por acaso. Essas foram contribuições que condensaram movimentos políticos e intelectuais que precisaram acontecer de fora para dentro: da universidade, da psicologia e da própria psicanálise. Promoveram fissuras cuja retomada histórica pode potencializar mudanças mais pujantes no campo psicanalítico atualmente, revitalizando sua prática e ampliando os horizontes de sua formação.

Virgínia Bicudo – de um campo que se abre

O pioneirismo de Virgínia Bicudo, em um campo ainda inexistente no Brasil, faz dela uma antecessora. A psicanálise mal existia no país, e um estudo psicanalítico acerca do racismo era impensável. Ela opta, então, por abordar o tema a partir da sociologia, recorrendo a produções que, na época, abriam uma linha possível de investigação acerca das relações raciais. “Querida o curso de sociologia porque, se o problema era esse preconceito [de cor]”, declara a própria autora em depoimento, “eu deveria estudar sociologia para me proteger do preconceito, que é formado ao nível sociocultural” (BICUDO, 1994 apud MAIO, 2010, p. 23).

Podemos supor que essa via sociológica não se deu somente pela ausência de possibilidades a partir da psicologia e da psicanálise. Seu depoimento demarca uma hipótese acerca daquilo que Fanon (1952/2020a) chamará mais tarde de sociogenia, dimensão que ele buscará articular com a psicanálise, ao lado da ontogenia¹. Se ele buscou, em um ensaio que se anuncia psicológico e clínico, circunscrever o fator social da colonização, podemos dizer que a dissertação de Virgínia Bicudo, sendo um trabalho sociológico, não perde a sensibilidade para a experiência subjetiva. De acordo com Maio (2010), a pesquisa foi bastante influenciada pela experiência como visitadora psiquiátrica, que expôs a autora a tensões, preconceitos e violências que atingiam crianças de camadas populares. Ele relata que a autora combina análise sociológica com psicologia social, valendo-se também de seus estudos e experiências no campo da psicanálise.

A pesquisa foi realizada entre 1941 e 1944, no período da Segunda Guerra Mundial. Foi, portanto, anterior a três movimentos importantes que impactaram a psicanálise e revitalizaram seu vigor crítico e subversivo: os movimentos críticos e políticos advindos do pós-guerra, culminando no Maio de 68; a releitura de Freud empreendida por Jacques Lacan, que nas décadas de 50 e 60 formulou, em diálogo com o estruturalismo e movimentos pós-estruturalistas, esquemas lógicos de leitura do impacto das estruturas discursivas no inconsciente e no corpo falante; e, principalmente, a produção de Frantz Fanon, que convoca a psicanálise – ao lado do existencialismo e do marxismo (FAUSTINO, 2015) – para se debruçar sobre as especificidades da experiência vivida pelo negro e o lugar da violência colonial na concepção clínica e epistemológica da psicopatologia.

Virgínia Bicudo descreve de forma precisa o caráter precursor de seu trabalho, logo no primeiro parágrafo: “um estudo preliminar que visa ilustrar a aplicação de um método e uma técnica na coleta de dados e abrir caminho para pesquisas posteriores” (BICUDO, 1945/2010, p. 63). Se a dimensão metodológica e técnica guarda ainda a influência da sociologia americana, e se a própria referência da psicologia social, sustentada na noção de “atitudes”, ainda participa de uma psicologia pouco vigorosa em relação às críticas sociais, o desejo de abrir caminhos para a posteridade parece-nos uma afirmação digna do lugar que a produção intelectual da autora pôde sustentar.

Do ponto de vista fenomenológico, a descrição das relações raciais que Bicudo encontra na cidade de São Paulo não destoam do quadro exposto por Fanon (1952/2020a) alguns anos depois. O parágrafo abaixo sintetiza diversas categorias que serão retomadas posteriormente a partir da psicanálise:

Os indivíduos não só procuram o convívio íntimo com o branco, situação única para lhes dar autoafirmação, como se isolam do preto. Lutam conscientemente para conseguir a aceitação do grupo dominante. A luta é diretamente conduzida no sentido de eliminar o sentimento de inferioridade proveniente da concepção de si próprio, concepção esta que resulta da introjeção da atitude do branco. Empenha-se, então, em conseguir status ocupacional das classes sociais intermediárias, conquistando diploma de cursos secundário e superior ou habilidades profissionais. Mas, apesar do esforço para valorizar o capital humano pela instrução, o preto continua sentindo-se

¹ Sociogenia é um conceito evocado por Fanon para destacar a importância da dimensão social na gênese da psicopatologia e outros fenômenos subjetivos. Para o autor, a psicanálise teria substituído a filogenética – que remete a transmissões biológicas ou genéticas vinculadas à espécie – pela perspectiva ontogenética, que prioriza a história do indivíduo. “Além da filogenia e da ontogenia, existe a sociogenia” (FANON, 1952/2020a, p. 25).

rejeitado em certas esferas sociais, rejeição que o traumatiza e desenvolve a consciência de cor (BICUDO, 1945/2010, p. 158).

Na parte final, onde a autora propõe um resumo e “hipóteses para pesquisa posterior” (p. 157), é possível encontrar uma referência sucinta e descritiva a problemáticas que serão posteriormente aprofundadas e abordadas em conexão com a psicanálise, tais como: a constituição de um Ideal do Eu branco, retomada também com a noção de branquitude (BENTO, 2022); a construção do mito negro (SOUZA, 1983/2021), ou da razão negra (MBEMBE, 2018a) como a constituição de uma categoria da qual todos buscam se afastar; o paradoxo da ascensão social, que descortina o mito da democracia racial e da meritocracia, forçando uma “consciência de cor” que funciona como um imperativo compensatório de uma suposta inferioridade (BICUDO, 1945/2010); dentre outros elementos. A estratégia da autora de pesquisar um movimento coletivo da negritude também permite antecipar uma linha de investigação que buscará os movimentos de resistência e enfrentamento político.

A “Associação de Negros Brasileiros”, segundo Bicudo (1945/2010), representou uma tentativa de pretos conscientes para lutar contra as restrições do branco, despertando a consciência de grupo, desenvolvendo um programa definido de reivindicações referentes aos aspectos econômico, social e político. As dificuldades para conseguir reuni-los e a indiferença de pretos e mulatos das classes sociais intermediárias revelam a intensidade com que os ideais e conceitos do branco foram incorporados.

Neusa Souza (1983/2021) posteriormente destacou, em suas conclusões, a militância como saída para a superação do sofrimento psíquico advindo do racismo. Da mesma forma, Lélia Gonzalez (1983/2020a) e a historiadora Beatriz Nascimento (1985/2021) se debruçaram sobre o papel das lutas e invenções do povo negro para a reversão do impacto das violências, ponto de ênfase também retomado pelas psicanalistas negras contemporâneas. Virgínia Bicudo também já apontava as limitações e riscos que a luta coletiva comporta, na medida em que pode ser atravessada pela lógica colonial, se não se considera o trabalho subjetivo de cada um.

Neusa Souza: clínica antimanicomial e anticolonial da subjetividade e das instituições

O pensamento de Neusa Santos Souza é o que melhor retoma as teses de Frantz Fanon para formular uma construção psicanalítica sobre os modos de subjetivação da violência colonial. Apesar disso, pouco se extraiu até hoje de suas elaborações para o campo da saúde mental, dos estudos psicanalíticos sobre o racismo e do ensino de psicologia nas universidades. Esse esquecimento não advém somente das instituições de formação. Todo um espaço de militância e politização próprios à reforma psiquiátrica brasileira também se manteve alheio à questão racial, que só veio a ser retomada mais recentemente. Nesse sentido, resgatamos brevemente as referências pertinentes de Fanon e algumas notas sobre a atuação clínica e a transmissão teórica de Neusa Souza no campo da saúde mental.

Além das relações que podem ser destacadas entre a objetificação dos negros no processo colonial e a objetificação dos loucos nos hospícios, vale dizer que grande parte das mulheres e homens internados nos hospitais psiquiátricos no Brasil eram e são pretas e pretos. Para Fanon (2020b), a Psiquiatria é um braço do sistema colonial. Nos escritos psiquiátricos, ele sublinha que as diferenças culturais determinavam a existência do mundo branco antinegro, impondo distúrbios à população negra em estado de colonização. Pensando em termos de psicopatologia, Fanon (2020b) afirma: “a colonização, mais que um envenenamento político, é, sobretudo, uma intoxicação psíquica” (p. 127). Contra o caráter brutalmente tóxico da colonização racista, ele levanta a voz e defende uma libertação política efetiva dos povos de África, que precisam lutar com todas as armas para produzir uma descolonização do território, dos corpos e das mentes. Sua análise psicopatológica, inaugurada a partir da experiência como psiquiatra nos manicômios da Argélia, é bem atenta ao atravessamento do racismo no tratamento dos pacientes, calcado nas estruturas da colonização. O adoecimento psíquico deve ser pensado levando-se em conta o papel das instituições

colonizadoras no processo. As instituições médicas e a epistemologia que fundamentam as práticas de tratamento operam como agentes de patologização, docilização e resignação. A internação reproduz a “dialética sumária do senhor e do escravo, do prisioneiro e do algoz” (FANON, 2020b, p. 87), em que o louco é transformado em paciente. O manicômio se constituiu como um instrumento privilegiado de encarceramento colonial dos negros e, como tal, uma mortífera *arma branca* para dominar e controlar o povo negro. Por que, então, a dimensão racial envolvida no silenciamento dos loucos não foi fonte de questionamento pelos ideais da Reforma brasileira, tão combativa e politizada?

Nem todos sabem, mas Neusa Santos Souza hoje batiza um CAPS que se localiza na Zona Oeste do Município do Rio de Janeiro, num dos lugares mais distantes do centro. A Área Programática 5.0, onde se localiza o serviço, é uma das regiões com menor investimento do governo na rede de Saúde Mental carioca, mas, apesar disso, tem uma potência transformadora ímpar no território. Quem conheceu Neusa não se surpreende com esse efeito simbólico de seu legado na periferia, fazendo avançar a reforma psiquiátrica pós-*virada* do milênio e colocando a questão racial como elemento central. É lá também que frutificam os efeitos reais da intervenção clínica que mobiliza o inconsciente, em uma das regiões de maior domínio da milícia e, portanto, onde a necropolítica² encontra caminhos mais abertos e com menos controle das instituições jurídicas e legais.

Muito além de ser conhecida por seu *Tornar-se negro*, a psicanalista é reconhecida por seu livro sobre as psicoses (SOUZA, 1991), que consagra sua habilidade clínica e rigor teórico no manejo com a transferência em quadros graves de psicose. Além de ter tido a experiência de tê-la como supervisora de casos clínicos, uma das autoras teve a honra de aprender com sua experiência no grupo de ouvidores de vozes na Casa Verde, em uma oficina criada por ela na década de 90. Ali ela transmitia a todos a importância de estar atento ao conteúdo de uma espécie de ruído, pedaços de palavras ou às tais vozes que os usuários relatavam. Neusa transmitia com firmeza a ideia de que tais alucinações não eram da ordem da percepção auditiva e não tinham uma materialidade sensorial. Demonstrava que havia uma espécie de interpretação do sujeito acerca daqueles pedaços de língua, daquela cadeia congelada, “*letrificada*” – chumbo na malha do discurso, como diz Lacan (1955-56/2008) – a tal ponto de nos ensinar que o ouvidor de voz não era tão passivo frente ao caráter invasivo da experiência. Cada um dos ouvidores de vozes ia ensinando para os demais como enfrentava aquela experiência que, embora fosse terrificante, orientava acerca das possibilidades de laço social através do trabalho em grupo. Embora singulares, as vozes e outras sensações poderiam ser o índice de uma produção coletiva: ideia para uma pintura, inspiração de uma escultura ou poesia, mote para a escrita de uma matéria ou crônica na oficina de jornal e, até mesmo, uma proposta inédita de atividade a ser realizada pela própria instituição. Neusa, portanto, nos indicava não apenas o lugar do psicanalista na instituição, mas também no coletivo.

Também nos seus seminários quinzenais, trazia fragmentos dessa clínica para articular com o ensino de Lacan. Mostrava como cada elemento clínico na psicose nos ensinava sobre o real. Dava dignidade ao ato, à passagem ao ato³, desconstruindo a ideia de periculosidade e apontando a crise como intervalo do sujeito para sua transformação e reorganização psíquica, a depender do lugar que o clínico ocupasse. A autora aponta seu caminho ético: “Costumamos saber de cor a lição dos livros, e ignorar, em ato, o saber sabido... E nada como a fala, a resposta, de nosso paciente para ajustar ou retificar nossa posição e ampliar nossa possibilidade de ouvir e aprender” (SOUZA, 2021, p. 142). A iniciativa de dizer, ela nos mostra, não deve vir de quem escuta. Como lhe ensina sua paciente, o verdadeiro fator de turbulência seria a própria imposição forçada de um cuidado baseado num saber que pressiona, oprime e coloniza, comportando um grave risco de ruptura do

2 A noção de necropolítica é utilizada por Achille Mbembe (2018b) para discutir as formas contemporâneas em que o poder político “faz do assassinato do inimigo seu objetivo primeiro e absoluto” (p. 6).

3 Essa expressão é usada para designar o ponto em que o sujeito é atravessado por seu ato. Ela se conecta com a noção de *acting out* ou atuação, que se refere a situações em que o paciente age em vez de recordar e expressar em palavras suas associações e elaborações durante a análise. De acordo com Freud: “Um grupo de pacientes não se lembra de nada do que esqueceu e reprimiu, mas o expressa por meio de ações, ou seja, age em vez de lembrar. Eles repetem o passado não como uma lembrança, mas como uma ação; eles o reproduzem sem saber que estão repetindo” (FREUD, 1914/1996a, p. 165). Com a noção de passagem ao ato, Lacan acentua uma modalidade de ato que rompe com o endereçamento ao outro e a conexão com um sentido inconsciente, muito comum em casos de psicose.

trabalho analítico. Ela nos ensina o que aprende com o manejo da transferência com psicóticos e nos adverte para não reforçar a posição de objeto que fixa o sujeito na psicose. Além disso, aponta para a construção de um caminho a partir de uma escolha, de responsabilidade do sujeito.

Apesar de nunca ter se filiado a nenhuma escola ou sociedade de formação psicanalítica, Neusa foi muito reconhecida em todas elas. Era incontestável sua respeitabilidade nos espaços políticos da Saúde Mental, sendo escutada tanto pelos teóricos principais da reforma psiquiátrica brasileira quanto pelos profissionais que implementaram cada planejamento estratégico público de desinstitucionalização. Apesar disso, seu primeiro livro, *Tornar-se negro*, não obteve a repercussão merecida no âmbito da saúde mental. Talvez pelo mesmo motivo que fez com que Franco Basaglia tenha sido uma das maiores inspirações para a reforma psiquiátrica brasileira e Fanon, que era lido por ele, não era sequer conhecido no Brasil⁴. Embora sua construção sobre o negro em ascensão social não fosse lida na psicologia, Neusa foi muito conhecida e lida pelos movimentos sociais, principalmente pelos movimentos negros, desde a década de 80. Não apenas porque teve importância significativa nesses movimentos populares, mas porque sua retomada da psicanálise lacaniana para a leitura do racismo era legível e acessível para o público em geral.

Neusa Souza parte da tese de Fanon em *Pele Negra, Máscaras Brancas* (1952/2020) de que para o negro ser considerado humano, no horizonte imposto pela colonização, só haveria uma saída: assemelhar-se ao branco. A ideologia que ignora a cor, proclamando a ideia de universalidade e igualdade, está a serviço do racismo, pois a exigência de ser indiferente à cor significa dar suporte a uma cor específica: a branca. Fanon insiste em uma crítica incisiva à negação do racismo contra o negro na França e em grande parte do mundo moderno. Mesmo não sendo psicanalista, era leitor de Freud, o que o fez perseguir uma questão sobre as consequências psíquicas dessa lógica colonial imposta aos colonizados. Isso não se deu somente por meio de imposições econômicas e políticas, mas através da promessa de reconhecimento submetida ao domínio do idioma do colonizador, da negação da própria língua e assumindo, também, a identidade cultural e a aparência física dos senhores. Fanon chega a explorar a ideia de um racismo do negro contra o negro como efeito dessa perversa artimanha psicológica colonial; uma forma de narcisismo na qual o negro busca, como ilusão dos espelhos oferecidos pelo dominador, uma máscara branca: um espelho branco no qual deve estar refletido. Neusa Souza extrai este ponto para desenvolver sua teoria sobre a tentativa dos negros brasileiros de conquistarem seu estatuto de gente, de humano. Isso se dá através da ascensão social: por meio da identificação a um Ideal do Eu branco.

A autora sustenta sua hipótese através do Ideal do Eu como referência e aglutinador das massas em Freud (1921/1996), retomado por Lacan a partir da noção de ordem simbólica. Ela evidencia que, para o Eu se constituir, é preciso um modelo ideal, que recupere um narcisismo perdido original em decorrência daquilo que os próprios pais e seus ideais sociais se assentam; a saber, no Ideal do Eu. Para Lacan, o Ideal do Eu é uma instância normativa, ou seja, um registro que tece a ordem simbólica, funcionando como a lei que incide sobre o sujeito⁵. Nas palavras da autora, é “a estrutura mediante a qual se produz a conexão da normatividade libidinal com a cultural” (SOUZA, 1983/2021, p. 64). Há sempre defasagem, como nos mostra Freud (1914/1996), entre o eu ideal almejado e o eu atual, e cabe ao Ideal do Eu cobrir esse fosso, ou seja, fazer assemelhar o Eu com os ideais do Outro.

Neusa Souza (1983/2021) refere-se então ao negro cujo Ideal do Eu é branco (p. 65). Ela mostra, através das pessoas que entrevistou, que o sujeito muitas vezes se aproxima dos valores da elite – ser bem-sucedido, nobre, rico – atribuindo tais qualidades às pessoas brancas. Para

4 A primeira tradução brasileira de Fanon foi realizada no início da década de 80, por um psicanalista baiano, Jairo Gerbase, que afirma: “Ao descobrir Fanon eu descobri o racismo e assim como Neusa Santos Souza começo a me interessar pelo assunto. Aí eu me descobri negro”. Apesar de ter sido estagiária na Casa de Saúde Ana Nery, em Salvador, onde Gerbase era supervisor, o livro de Neusa Souza foi uma produção independente dessa edição de Fanon (GERBASE; AIRES, 2021).

5 Neusa Souza explora a ênfase que Lacan (1955-56/2008) dá aos atravessamentos sociais implicados na noção de Ideal do Eu, por ele denominado Ideal do Outro. Com a notação I(A), Lacan propunha que o Outro é o fundamento principal dos ideais que oprimem o Eu, retomando a importância da sociogenia reivindicada por Fanon. Lembrando que a noção de Outro com maiúscula é utilizada em diversas acepções, sempre para marcar uma instância normativa que vincula o sujeito ao laço social: é o lugar do saber, o lugar da autoridade, mas também o lugar da estruturação inconsciente propiciada pela linguagem.

conseguir ser bem-sucedido, é preciso negar a valorização de sua história, de seus antepassados, produzindo a inferiorização de suas heranças culturais e transmitindo essa operação a filhos, netos, bisnetos. Trata-se de assumir o discurso racista: “casar com um francês para clarear a família” (p. 67). O contexto familiar é o lugar primeiro, as vigas mestras, em que se dá a ação constituinte do Ideal do Eu, que se expande e transfere para a rua, a escola, o trabalho, os espaços de lazer, a eficácia e o significado produzido a partir do ideal branco.

A autora destaca um tripé que sustenta essa operação psíquica como imperativa para o negro: 1) o mito negro, que se estabelece como a ausência do Branco, como essa instância normativa marcada pela cor como referência: o branco e o negro seriam dois extremos que marcam uma relação simbólica de oposição, de presença e ausência de humanidade; 2) a ideologia do embranquecimento, que impõe à pessoa negra uma negação de seu grupo social, sua aparência e até de seu próprio corpo para que, individualmente, possa ser reconhecido; 3) por fim, o mito da democracia racial, que esconde as condições de desigualdade e localiza na falácia do esforço e do mérito as condições de ascensão social.

Segundo Fanon, para o negro se libertar não apenas do julgo moral, econômico e epistêmico, mas principalmente subjetivo, é preciso que ele se transforme em um “ser de ação”, para superar a barreira à liberdade em ambientes racistas e coloniais. Neusa Souza especifica essa proposta através de sua experiência clínica como psicanalista. É preciso que o sujeito se liberte das identificações aos traços culturais da branquitude para advir como sujeito e “*tornar-se negro*”. Ela afirma que, para adquirir autonomia, é preciso possuir um discurso sobre si mesmo, discurso ancorado no conhecimento concreto da realidade. A tarefa de ser negro, subvertendo a demanda do Outro, é tarefa eminentemente política, que só ganha efetividade e consequência se for atravessada pela ética de uma clínica do inconsciente.

Em seu livro, Neusa Souza sinaliza que não há saída que não inclua uma militância política, na medida em que todas as vias individuais esbarram nos muros da violência colonial. Toda a sua atuação clínica, porém, é testemunha de que o trabalho subjetivo singular é fundamental para que a luta política não se torne adoecedora. Essa luta precisa romper com o paradigma colonialista para reunir as possibilidades de o negro “possuir um discurso sobre si próprio” (p. 45). Há toda uma dimensão de sentimento inconsciente de culpa - imposto pelo supereu que se acirra e dificulta a destituição desses ideais - que pode ser enfrentada na análise. No nível social, esse enfrentamento depende da possibilidade de ruptura de um silenciamento, e que a voz dos negros, a partir de seu processo de subjetivação, seja afirmada no laço social. Esta não é uma transformação que se possa fazer somente no plano individual. Neusa Souza transmite ao leitor de seu livro que o inconsciente é transindividual e que uma mudança subjetiva como essa provoca consequências coletivas, sociais e históricas.

Lélia Gonzalez: A amefricana que falava pretuguês

Lélia Gonzalez é sem dúvida um dos maiores expoentes do movimento feminista negro no Brasil. Além de uma das fundadoras do Movimento Negro Unificado, foi uma eminente pensadora da condição do negro brasileiro e da realidade da mulher preta. Sua influência se expande para a América Latina e Estados Unidos, tendo sido descoberta pelo feminismo europeu, especialmente na França. Angela Davis (2019) afirma que aprendeu mais com Lélia Gonzalez do que nós poderíamos aprender com a filósofa americana.

Gonzalez traz contribuições fundamentais nas perspectivas decolonial e interseccional. Abriu um importante canal de crítica às ciências sociais a partir da Psicanálise, questionando o modo como o negro é sempre representado no quadro de uma leitura sociológica. Embora não fosse psicanalista, a autora foi uma estudiosa de Lacan, tendo traduzido alguns de seus textos para o português e participado da fundação do Colégio Freudiano do Rio de Janeiro. Com seu humor e astúcia característicos, extrai “um olhar novo e criativo no enfoque da formação histórico-cultural do Brasil” (GONZALEZ, 1988/2020b, p. 127). Podemos situá-la como um contraponto à ênfase dada por Fanon e Neusa Souza à dominação colonial branca do inconsciente negro. Ela sustenta a ideia de que as formações do inconsciente no Brasil não são exclusivamente europeias e brancas. Dá

ênfase, pois, à negritude que se transmite à revelia da estrutura colonial que nos governa. Lélia Gonzalez propõe que somos uma América Africana, mas pela negligência da valorização de nossa latinidade, adota uma proposta de M. D. Magno e Betty Milan de troca entre as letras T e D para batizar nossa terra de *América Ladina* (GONZALEZ, 1988/2020b).

Lélia Gonzalez enfatiza fortemente sua condição de mulher negra. Ela recorre à psicanálise e à experiência do inconsciente para nos transmitir seu processo de *Tornar-se negra*, que é ao mesmo tempo político e subjetivo, retomando questões levantadas por Virgínia Bicudo (1945/2010) e Neusa Souza (1983/2021). Para fazê-lo, ela nos mostra que é preciso subverter a língua. Do mesmo modo que propõe trocar uma letra por outra, intervindo na língua para destacar uma verdade, de forma tanto irreverente quanto poética e chistosa, desenvolve neologismos como a categoria político-cultural da *amefricanidade*, para resgatar dimensões da negritude que têm sido historicamente negadas pela neurose cultural brasileira.

A autora nos mostra que os afetados pela colonização e pela tentativa de apagamento das consequências da escravização não são somente os negros. Somos todos ladino-amefricanos; pretos, vermelhos, pardos e brancos. Gonzalez (1983/2020a) recorre ao conceito de denegação para definir o racismo à brasileira, considerando que o “não”, ao ser colocado de forma muito enfática frente a algum conteúdo psíquico, denota paradoxalmente sua afirmação. Segundo Freud (1914/1996b; 1925/1996e), a constituição do eu se dá a partir de uma expulsão [*Austossung*]. A segregação de tudo aquilo que o eu rejeita para passar do eu real inicial ao eu da realidade final é algo que o processo judicativo considera como mau e, portanto, expulsa. Esse “não” se erige dialeticamente e em concomitância com o processo de *bejahung*, afirmação simbólica fundamental, do que é repellido. Trata-se de uma marca no plano simbólico que determina ao mesmo tempo a assunção do sujeito e sua separação do Outro. A expulsão constitutiva nunca é completamente bem-sucedida, ela retorna, assim como o recalado, através do que é negado.

O que é segregado não desaparece, mas o sujeito nega como se estivesse fora. Freud (1925/1996e) ilustra com um sonho relatado por um paciente, que afirma não se lembrar de quem aparecia no sonho: não sei com quem sonhei, afirma categórico o paciente, só sei que “*não é minha mãe!*” (p. 265). Freud nos mostra que essa tentativa de negar aqui é na verdade uma resistência das forças recaladoras impedindo que o recalado advenha. Indica que podemos dispensar a negativa e admitir o tema geral como afirmação. “Um juízo negativo é o substituto intelectual do recalque” (FREUD, 1925/1996e, p. 266). Ou seja, a denegação revela o que deve ser escutado pelo psicanalista.

Lélia Gonzalez forja um jogo de palavras, da negativa para “A nega ativa” (1983/2020a, p. 79), trazendo justamente o lugar da mulher negra com sua força de desejo sobrepujando o domínio colonial, branco e heteropatriarcal, como uma dimensão real do inconsciente não capturada pelas estruturas simbólicas de dominação. Para tal, ela se serve de uma condensação da palavra mucama, que vem do quimbundo mu’kama “amásia escrava” (p. 81). Seria a escrava negra, moça de estimação escolhida para auxiliar nos serviços caseiros, e por vezes ama de leite. Esse nome africano ficou na inscrição do dicionário, embora tenha se esvaziado no uso português do termo, neutralizando seu significado original. Algo que precisava ser esquecido ou encoberto, entretanto, permanece presente. Mucama, além da ama de leite, condensa o lugar da mulata, deusa do samba nesse mito ou rito tão valorizado na Marquês de Sapucaí. Esse endeusamento carnavalesco, objeto fetiche dos homens, no cotidiano, se transfigura em doméstica. Desvela-se então a dimensão de culpabilidade através da carga de agressividade dirigida à doméstica ou presente “quando xingam a gente de negra suja” (p. 87). A autora é bastante irônica e enfática ao criticar a perspectiva sociológica que nega esse lugar de desejo ao discutir o “amor da senzala”, recalando o lugar da mulher preta.

Lélia Gonzalez, assim como Neusa Souza, destaca um papel para o mito da democracia racial, como importante fator de manutenção desse encobrimento na cultura. A ideia da multiplicidade étnica, multicultural e o culto à miscigenação revela uma falácia no centro da identidade brasileira, já que nunca houve uma aceitação verdadeira da subjetividade afro-ameríndia, mas sim uma tentativa, felizmente malograda, de exterminá-la. A miscigenação era um projeto higienista de embranquecimento da raça e não uma cordialidade cultural em nome da harmonia entre os povos e superação das relações coloniais violentas.

A psicanalista portuguesa, artista e feminista negra Grada Kilomba (2019) traça como marca

real do projeto colonial a máscara utilizada na boca dos escravos e tem a escrava Anastácia como símbolo. O silenciamento dos sujeitos escravizados aponta o traço mais forte do objeto voz, que como Lacan (1972-1973/1982) nos mostra, é o resto que cai sem sentido da cadeia significativa. Na elevação da escrava Anastácia à categoria de símbolo, a máscara do silêncio aparece como ícone do processo de dessubjetivação racial empreendido pelas relações de colonialidade. Nessa referência, o enigma grego da cegueira edípica frente aos tabus do incesto e do parricídio é deslocado para a sevícia inaudível da escrava, que tem sua língua ceifada, seu saber animalizado e seu corpo fetichizado pelo senhor branco heteropatriarcal. Nesse sentido, o que se repete incessantemente na estrutura colonial, sempre com novas tecnologias de morte, é o desvelamento do objeto voz frente aos corpos negros e indígenas, que permanece como real que resiste ao recalque. A grande poeta e escritora brasileira Conceição Evaristo, na trilha de Lélia Gonzalez, aponta o surgimento nas redes de solidariedade do feminismo negro de algo que permite uma superação do silenciamento. Uma afirmação sua parece sublinhar esse aspecto: “nossa fala estilhaça a máscara do silêncio, penso nos feminismos negros como sendo esse estilhaçar, romper, desestabilizar, falar pelos orifícios da máscara” (EVARISTO, 2017 apud RIBEIRO, 2017, p. 19).

Gonzalez circunscreve tal premissa a partir da psicanálise, tomando a língua falada pelos brasileiros, aquela que transmite a sua origem cultural *linguageira* e sua identidade, através da mãe preta. É ela que institui o “*pretuguês*” e o transmite. Embora os lugares fixados pela mulher preta no Brasil sejam o de Mucama, que condensa mulata e doméstica, o que ficaria recalcado em relação ao seu *locus político* e subjetivo nessa sociedade desigual e heteropatriarcal branca é sua referência como mãe preta, que transmite não apenas para seus filhos, mas também para os filhos dos senhores a *lalíngua* materna brasileira.

*Lalíngua*⁶ é um conceito tardio de Lacan (1972-73/1982), introduzido no seminário 20, para situar um gozo presente na repetição daquilo que, do fonema, não está propriamente articulado à cadeia significativa. Pode ser evidenciado tanto pelo balbucio infantil, quanto pela satisfação obtida no livre uso da linguagem pelos adultos, sem vinculação ao sentido da língua (a exemplo da poesia, da música e do dito espiritualoso). *Lalíngua* encontra-se presente no princípio de prazer freudiano, definido como “o que se satisfaz com o blá-blá-blá” (p. 77). Para Lacan, o “inconsciente é feito de *lalíngua*” (p. 188), mais precisamente, “um saber-fazer com *lalíngua*” (p. 190). Ela não serve para a comunicação, para Miller (1999), *lalíngua* é feita dos “aluviões que se acumulam a partir dos mal-entendidos e das criações *linguageiras* de cada um” (p. 151). Ou seja, feita de restos deixados por outros falantes, transmitida através de equívocos na comunicação e do modo como cada um os acolhe. Trata-se, pois, de algo que vai do coletivo ao singular ao longo do que se transmite de uma geração para outra, através da linguagem e sua dimensão de equivocação.

Gonzalez (1983/2020a) retoma o texto freudiano através da abordagem de *lalíngua*, afirmando que a psicanálise encontra seus bens nas latas de lixo da lógica e “desencadeia o que a lógica doméstica” (p. 77). Através da psicanálise, destacamos essas memórias, resíduos de histórias não escritas da negritude, aquilo que vem à tona e “fala através das mancadas do discurso da consciência” (p. 79). Se o negro é o que a lógica da dominação tenta domesticar, “o risco que assumimos aqui é o do ato de falar com todas as implicações” (p. 77). Na perspectiva de Lélia Gonzalez, a negritude é retomada a partir dos elementos que escapam à violência racista. Ela inverte a perspectiva e propõe um outro inconsciente, transmitido pela mãe preta através da *lalíngua* amefricana. É o inconsciente da Nega-ativa, que também remete ao atrevimento da mulher negra de dizer não! Capacidade de negar a coisificação do Outro inconsciente, abordado por Neusa Souza. A negritude dá uma rasteira no racismo e subverte a relação de dominação: “A branca, a chamada legítima esposa”, acentua a autora “é justamente a outra, que, por impossível que pareça só serve pra parir os filhos do senhor. Não exerce a função materna. Esta é efetuada pela negra. Por isso a ‘mãe preta’ é a mãe” (p. 88). Se é ela que nomeia o pai, abre-se a perspectiva de outros nomes do pai, outras relações resistentes à colonização patriarcal.

6 O neologismo *lalíngua*, forjado em francês pela repetição do fonema propositalmente, juntando o artigo “la” com o termo “langue”, outrora traduzido para o português por *alíngua*, foi atualizado nos textos recentes para *lalíngua*, por sugestão de Haroldo de Campos, para preservar a repetição fonética e destacar sua relação com a *lalação* infantil e a musicalidade que lhe é própria (QUINET, 2016).

Contribuições atuais: invenções políticas e coletivas na psicanálise

O terceiro tempo é um tempo que permanece em aberto, na medida em que se refere ao nosso próprio tempo. Acaba de ser lançado, no ocaso de 2021, o livro *A cor do inconsciente: significações do corpo negro*. Trata-se da tese de doutorado da psicanalista Isildinha Baptista Nogueira, defendida no fim da década de 90. Também em 2021, foi lançada, com um atraso de décadas, uma nova edição de *Tornar-se negro*. Veio na sequência de uma retomada de Fanon (2020a), com uma nova edição de *Pele negra, máscaras brancas*, e de Lélia Gonzalez (2020), numa coletânea que reuniu em um só volume toda a produção escrita da autora. Sem esquecer dos livros do pensador camaronês Achille Mbembe, traduzidos para o português e publicados no Brasil recentemente: *Crítica da Razão Negra* (2018a) e *Necropolítica* (2018b) – que dialogam com a psicanálise para discutir como a estrutura colonial atravessa os corpos no neoliberalismo. Também foi lançado *Memórias da Plantação*, de Grada Kilomba (2019), que se debruça sobre o racismo cotidiano. Por que agora?

Aventamos a hipótese – que é também nossa aposta e desejo – de que vivemos a marca de um novo tempo na relação da psicanálise com o racismo e com a negritude. Temos hoje várias redes de psicanalistas negras e negros, muitas vezes no encontro com pessoas brancas, que trabalham e militam em torno da retificação do lugar reservado aos estudos raciais e às autoras negras, tão negligenciados ao longo da história da Psicologia, da Psicanálise e da Saúde Mental no Brasil.

Se situamos este como um tempo fecundo, porém, é preciso reconhecer que isso não se deu sem um trabalho duro e decidido de diversas intelectuais que foram insistentes no enfrentamento, muitas vezes solitário, de toda resistência à tomada do racismo e da negritude como questões relevantes para a psicologia brasileira. Não é sem razão que destacamos o trabalho de Isildinha Baptista, que operou uma retomada dos estudos sobre a constituição do corpo negro ainda na década de 90. A autora confessa que pretendia atribuir o título “A cor do Inconsciente”, mas sentiu que seria algo demasiado polêmico para a academia na época (NOGUEIRA, 2021, p. 11). Hoje, porém, ela acredita poder sustentar essa provocação. Com isso, mostra que a alegação teórica ainda vigente de que o inconsciente não tem cor funciona como uma defesa contra o reconhecimento dos atravessamentos coloniais que constituem as relações raciais no Brasil.

É impossível, no âmbito deste artigo, destrinchar as produções psicanalíticas citadas acima e outras que se realizam nas universidades e fora delas. Escolhemos então, além de Isildinha, o nome da psicanalista Maria Lúcia da Silva. Além de participar, em 2012, da organização do evento, na Universidade de São Paulo (USP), que resultou na publicação da coletânea *O racismo e o negro no Brasil: questões da psicanálise* (KON; SILVA e ABUD, 2017) – que consideramos um marco para a retomada pela psicanálise dos estudos raciais – ela lidera, desde a década de 90, um movimento de constituição política da negritude no interior do campo da psicologia e da psicanálise. O Instituto AMMA Psique e Negritude foi fundado em 1995 por um grupo de psicólogas e ativistas, com o intuito de elaborar estratégias de “cura política e psíquica” para o enfrentamento do racismo. Já em 2010, surgiu a Articulação Nacional de Psicólogas(os) Negras(os) e Pesquisadoras(es) (ANPSINEP), que se propôs a reafirmar o racismo como pauta urgente e necessária para a compreensão dos processos de exploração e dominação na sociedade brasileira. Esse movimento foi fundamental não apenas para provocar o próprio campo da psicologia a superar os mecanismos de denegação do racismo, como fomentou alianças políticas e movimentos coletivos, unindo forças que, isoladas, não eram suficientes para fazer reverberar o debate.

Poderíamos citar diversas outras iniciativas que vêm forçando a psicanálise a implicar-se politicamente numa perspectiva decolonial e antirracista. O movimento hegemônico ainda insiste nos velhos argumentos de que o analista não tem cor, o inconsciente não tem cor, ou que a psicanálise precisa opor-se a movimentos identitários. Esses argumentos não apenas limitam o potencial subversivo da psicanálise, como a mantêm vinculada à conservação das antigas estruturas coloniais de dominação. No entanto, os movimentos em sentido contrário já não podem ser ignorados. Tanto movimentos coletivos de psicanalistas negras(os), como o Ocupação Psicanalítica⁷, vinculado

7 O coletivo Ocupação Psicanalítica tem conduzido uma pesquisa que dialoga com diversas iniciativas brasileiras de psicanálise de borda, que se propõem a realizar intervenções em situações de vulnerabilidade, como psicanálise de

a grupos de pesquisa de várias universidades (UFMG, UFES, UFRJ e UFRB), quanto organizações constituídas pela reunião de psicanalistas de várias instituições, universidades e escolas de formação psicanalítica, como o Psicanalistas Unidos pela Democracia (PUD), vêm trabalhando no sentido de sensibilizar a comunidade analítica frente às questões raciais. No final do ano de 2021 a Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro anunciou a primeira iniciativa de ações afirmativas vinculada à formação do analista. Em seguida os Fóruns do Campo Lacaniano também anunciaram sua decisão nesse sentido. Nos últimos anos, alguns Programas de Pós-graduação em Psicanálise e Psicologia implementaram política de cotas raciais. Grupos de pesquisa que reúnem professores de várias universidades, como o Núcleo de Psicanálise e Laço Social no Contemporâneo (PSILACS-UFMG), o Laboratório Psicanálise, Sociedade e Política (PSOPOL-USP), e o Núcleo de Estudos em Psicanálise e Clínica da Contemporaneidade (NEPECC-UFRJ) têm também direcionado esforços para o estudo do racismo, com uma perspectiva decolonial da psicanálise (GUERRA; LIMA, 2021).

Considerações Finais

Avaliar o valor histórico de uma produção é sempre uma tarefa complexa, que expõe ao risco de parcialidade, ou de menosprezo ou supervalorização de algumas contribuições. A imparcialidade é justamente o semblante que sustenta versões oficiais da história que apagam a negritude e denegam o racismo. Nossa perspectiva se reconhece parcial, na medida em que a totalidade é um delírio colonial. É, porém, implicada no compromisso de resgate de uma história que já não pode ser contida pelas máscaras do silenciamento. Essa retomada é possível porque são as próprias psicanalistas negras que, já não mais de forma isolada, estão subvertendo a história. Evocamos aqui uma tomada de responsabilidade que depende de engajamentos singulares e formações coletivas, aprendidas pelas organizações quilombolas e seus efeitos nos movimentos sociais populares nas favelas e periferias. Podemos entender que houve um período de latência entre as duas rupturas democráticas recentes: o período do regime militar pós 64, quando Neusa Santos Souza (1983/2021) retoma Fanon para sua leitura clínica e faz repercutir no movimento negro as causas inconscientes das questões outrora levantadas por Virgínia Bicudo; e o golpe jurídico parlamentar sofrido pela presidenta Dilma em 2016, com a ocorrência de uma série de eventos que nos forçaram a retomar os debates acerca do caráter frágil de nossos avanços democráticos. Apesar de apostar em um tempo novo, Isildinha Baptista nos adverte para o risco da resistência ao avanço do enfrentamento ao racismo: “A ação política pode vir a fracassar, por exemplo, pela sobrevivência, inconsciente, do mito da brancura nas próprias formas em que ela, a ação política, se expressa” (NOGUEIRA, 2021, p. 175). Estejamos advertidos.

Referências

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BICUDO, Virgínia Leone. **Atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo**. Edição organizada por Marcos Chor Maio. São Paulo: Editora Sociologia e Política, 2010. (Original publicado em 1945)

DAVIS, Angela. “A Liberdade é uma luta constante” (Conferência). In **Seminário Internacional “Democracia em Colapso?”**. Sesc São Paulo/Boitempo, 19 de out. de 2019. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=1xjgckTGE4s&t=8s>. Acesso em: 6 abr. 2023.

FANON, Frantz. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. Tradução Sebastião Nascimento; Raquel Camargo. 1. ed. São Paulo: Ubu, 2020a. (Original publicado em 1952)

rua, em comunidades atingidas pela violência policial, ou com populações periféricas e marginalizadas. Os estudos sobre a formação dos quilombos e sua estrutura coletiva diversa da mente grupal, conforme Freud (1921/1996d) havia proposto como matriz lógica para investigação do inconsciente nos grupos, serve de baliza teórica, clínica e metodológica seja para operar com as clínicas de borda, seja para trabalhar com os próprios coletivos de Psicólogos, psicanalistas e pesquisadores.

FANON, Frantz. **Alienação e liberdade**: escritos Psiquiátricos. Tradução: Sebastião Nascimento. 1. ed. São Paulo: Ubu, 2020b.

FAUSTINO, Deivison Mendes. **Por que Fanon? Por que agora?: Frantz Fanon e os fanonismos no Brasil**. 2015. Tese (Doutorado em Sociologia) - Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015.

FREUD, Sigmund. Recordar, repetir e elaborar (novas recomendações sobre a técnica da psicanálise II). In FREUD, Sigmund. **O caso Schreber, artigos sobre técnica e outros trabalhos (1911-1913)**. Edição Standart Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v. 12. Rio de Janeiro: Imago, 1996a. p.159-171. (Originalmente publicado em 1914).

FREUD, Sigmund. Sobre o narcisismo: uma introdução. In FREUD, Sigmund. **A história do movimento psicanalítico, artigos sobre metapsicologia e outros trabalhos (1914-1916)**. Edição Standart Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v. 14. Rio de Janeiro: Imago, 1996b. p. 77-81. (Originalmente publicado em 1914).

FREUD, Sigmund. Os instintos e suas vicissitudes. In FREUD, Sigmund. **A história do movimento psicanalítico, artigos sobre metapsicologia e outros trabalhos (1914-1916)**. Edição Standart Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v. 14. Rio de Janeiro: Imago, 1996c. p. 117-123. (Original publicado em 1915).

FREUD, Sigmund. Psicologia de grupo e análise do ego. In FREUD, Sigmund. **Além do princípio do prazer, psicologia de grupo e outros trabalhos (1920-1922)**. Edição Standart Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v. 18. Rio de Janeiro: Imago, 1996d. p. 79-154. (Original publicado em 1921)

FREUD, Sigmund. A negativa. In FREUD, Sigmund. **O Ego, o Id e outros trabalhos (1923-1925)**. Edição Standart Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v. 19. Rio de Janeiro: Imago, 1996e. p. 263-269. (Original publicado em 1925).

GERBASE, Jairo; AIRES, Suely. Textemunhos. **Revista Rosa**. São Paulo, v. 3, n. 1., fev. 2021. Disponível em: <https://revistarosa.com/3/textemunhos>. Acesso em: 22 mar. 2021.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e Sexismo na cultura brasileira. In GONZALEZ, L. **Por um Feminismo Afrolatino-americano**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020a. (Original publicado em 1983)

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. In GONZALEZ, L. **Por um Feminismo Afrolatino-americano**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020b. (Original publicado em 1988)

GUERRA, Andréa Maris Campos; LIMA, Rodrigo Goes (Org.). **A psicanálise em elipse decolonial**. 1. ed. São Paulo: n-1 Edições, 2021.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação**: Episódios de Racismo Cotidiano. Tradução: Jess Oliveira. 1. ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KON, Noemi Moritz; SILVA, Maria Lúcia; ABUD, Cristiane Curi. (org.). **O racismo e o negro no Brasil**: questões para a Psicanálise. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2017.

LACAN, Jacques. **O Seminário, livro 3**: as psicoses. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008. (Seminário original realizado em 1955-56)

LACAN, Jacques. **O Seminário, livro 20**: mais, ainda. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. (Seminário original realizado em 1972-73)

MAIO, Marcos Chor. Introdução: a contribuição de Virgínia Leone Bicudo aos estudos sobre as relações raciais no Brasil. In BICUDO, Virgínia Leone. **Atitudes raciais de pretos e mulatos em São Paulo**. Edição organizada por Marcos Chor Maio. São Paulo: Editora Sociologia e Política, 2010.

MBEMBE, Achille. **Crítica da Razão Negra**. 1. ed. São Paulo: N-1 edições, 2018a.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. 1. ed. São Paulo: N-1 edições, 2018b.

MILLER, Jacques-Alain. **La Psicose ordinaire**; la convention d'Antibes. Paris: Agalma, 1999. 151 p.

NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história feita por mãos negras**: relações raciais, quilombos e movimentos. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021. (Original publicado em 1985)

NOGUEIRA, Isildinha Baptista. **A cor do inconsciente**: significações do corpo negro. São Paulo: Perspectiva, 2021.

QUINET, Antonio. Lalingua e sinthoma. **Revista Línguas e Instrumentos Linguísticos**, n. 38, p. 243-261, jul./dez. 2016. Disponível em: <http://www.revistalinguas.com/edicao38/cronica2.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2021.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?**. Belo Horizonte: Letramento, 2017.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro** ou As vicissitudes do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Zahar, 2021. (Original publicado em 1983)

SOUZA, Neusa Santos. **A Psicose: um estudo laciano**. Rio de Janeiro: Campus, 1991.

Recebido em 16 de Janeiro de 2023.

Aceito em 08 de fevereiro de 2023.